

-LEI Nº 4.179, DE 23 DE ABRIL DE 1980 - D.O. 23.04.80.

Revogada pela Lei nº 5732, D.O. 22 de 08/01/1991

,	1 Oddi Excodure	

Cria a Secretaria de Transportes e a Secretaria de Desenvolvimento Social e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas:

Autor: Poder Executivo

I- a Secretaria de Transportes com a absorção dos órgãos correlacionados com transportes da Administração descentralizada da atual Secretaria de Viação e Obras Públicas, sendo de sua competência assuntos relacionados com as seguintes áreas:

- a RODOVIA:
- b-FERROVIA;
- -c HIDROVIA;
- d PORTOS:
- e VIAS NAVEGÁVEIS;
- II- a Secretaria de Desenvolvimento Social constituindo os assuntos da área de sua competência:
- -a RADICAÇÃO DE POPULAÇÃO:
- b OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIO;
- -c-MIGRAÇÕES INTERNAS;
- -d-MERCADO DE TRABALHO, POLÍTICA DE EMPREGO E MÃO-DE-OBRA;
- e COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS:
- -f DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

Art. 2º Compõem a estrutura da Secretaria de Transportes as seguintes unidades:

- a ASSESSORAMENTO SUPERIOR:
- -Assessoria:
- b COORDENAÇÃO GERAL:
- -Coordenadoria Geral;
- -c ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA:
- 1 Núcleo Setorial de Administração;
- 2 Núcleo Setorial de Finanças;
- 3 Núcleo Setorial de Planejamento;
- -d EXECUÇÃO PROGRAMÁTICO:
- 1 Coordenação de Estudos Especiais;
- 2 Coordenadoria de Ação Setorial;



e - ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA:

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

- Art. 3º Compõem a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social as seguintes unidades:
 - -a ASSESSORAMENTO SUPERIOR:
 - -Assessoria:
 - b DECISÃO COLEGIADA:
 - -Conselho Estadual do Meio Ambiente;
 - -c-COORDENAÇÃO GERAL:
 - -Coordenadoria Geral;
 - -d ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA
 - 1 Núcleo Setorial de Administração;
 - 2 Núcleo Setorial de Finanças;
 - 3 Núcleo Setorial de Planejamento;
 - e EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA:
 - 1 Coordenação de Estudos Especiais;
 - 2 Coordenação de Assuntos Setoriais;
 - 3 Coordenação Fundiária;
 - 4 Coordenação do Meio Ambiente.
- Art. 4º Passa a denominar-se Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a atual Secretaria de Viação e Obras Públicas.
- Art. 5º Ficam criados os cargos de Secretário de Estado dos Transportes e Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, com os mesmos vencimentos, vantagens e prerrogativas dos demais Secretários, ficando alterada a denominação do cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas, para Secretário de Obras e Serviços Públicos.
 - Art. 6º São criados os seguintes cargos, em comissão, em cada Secretaria a que se refere o artigo 1º:

-a - COORDENADOR GERAL	——CM-3
-b - 02 (dois) ASSESSORES - ASSESSORES SUPERIORES	CM-4
-c-CHEFE DO NÚCLEO SETORIAL DE FINANÇAS	CM-4
-d - CHEFE DO NÚCLEO SETORIAL DE ADMINISTRAÇÃO	
e - CHEFE DO NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO	CM-4
-f - COORDENADOR DE ESTUDOS ESPECIAIS	CM-4
g-COORDENADOR DE AÇÃO SETORIAL	CM-4
-h - COORDENADOR FUNDIÁRIO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOC	CIAL CM-4
-i - COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMEN	ITO SOCIAL CM-4
-j-02 (duas) SECRETÁRIAS DE SECRETÁRIO	<u>CM-8</u>
1 - 02 (dois) OFICIAIS DE GABINETE DO SECRETÁRIO	

§ Parágrafo único Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Secretaria de Transportes, o pessoal Técnico e Administrativo da atual Secretaria de Viação e Obras Públicas lotados e relacionados com a área de transportes.

Art. 7º Para integrar a Secretaria de Desenvolvimento Social ficam, ainda, criados os seguintes cargos, preenchidos sob a forma de emprego regidos pela Legislação Trabalhista, respectivamente, nos termos do artigo 11 da Lei 3.679, de 17 de novembro de 1975, e artigo 2º da Lei 3.793, de 11.10.76:



05 (cinco) TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR;

04 (quatro) TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO;

08 (oito) ESCRITURÁRIOS;

02 (dois) ASSISTENTES DE ADMINISTRAÇÃO;

02 (dois) OFICIAIS ADMINISTRATIVOS;

02 (dois) PORTEIROS.

Art. 8º A estrutura inerente aos demais órgãos das Secretarias criadas e remanescentes, a organização interna, bem como a competência e atribuições que lhes corresponderem, e as respectivas lotações serão objeto de Atos do Executivo que os baixará acompanhados dos regimentos internos.

Art. 9º Os artigos 22 e 32 da Lei 4.163, de 20 de dezembro de 1979, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 22 Compõem a estrutura da Casa Civil as seguintes unidades:

I - DIRECÃO SUPERIOR:

Gabinete do Secretário Chefe da Casa Civil;

II - ASSESSORAMENTO SUPERIOR:

Assessoria;

III - DECISÃO COLEGIADA:

Coordenadoria da Defesa Civil;

IV - COORDENAÇÃO GERAL:

Coordenadoria Geral;

- V ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA:
- 1 Núcleo Setorial de Administração;
- 2 Núcleo Setorial de Finanças;
- 3 Núcleo Setorial de Planejamento;
- VI EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA:
- 1 Coordenadoria de Comunicação Social;
- 2 Coordenadoria do Cerimonial;

VII - ADMINISTRAÇÃO REGIONALIZADA:

Escritórios de Representação.

Art. 32º Compõe a estrutura da Secretaria de Saúde as seguintes unidades:

I - ASSESSORAMENTO SUPERIOR:

Assessoria;

II - COORDENAÇÃO GERAL:

Coordenadoria Geral;

III - ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA:

- 1 Núcleo Setorial de Administração;
- 2 Núcleo Setorial de Finanças;
- 3 Núcleo Setorial de Planejamento;
- IV EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA:
- 1 Coordenadoria de Fiscalização;
- 2 Coordenadoria de Programas Especiais e Básicos;
- 3 Coordenadoria de Medicamentos Básicos;
- V ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA:

Fundação de Saúde de Mato Grosso - FUSMAT."



- Art. 10 Compõem a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, órgão do Ministério Público, as seguintes unidades:
 - I- DIREÇÃO SUPERIOR
 - -Gabinete do Procurador Geral da Justiça
 - II- DECISÃO COLEGIADA
 - Conselho Superior do Ministério Público
 - III- ASSESSORAMENTO SUPERIOR
 - -Assessoria
 - IV- DIRETORIA GERAL
 - -Diretoria-Geral
 - V- ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA
 - 1 Núcleo Setorial de Administração
 - 2 Núcleo Setorial de Finanças
 - VI- EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA
 - Coordenadoria Processual
- § Parágrafo único O Diretor-Geral terá as mesmas atribuições conferidas pela Lei 4.163, de 20 de dezembro de 1979, ao responsável pela Coordenadoria Geral, exceto para os casos de substituição.
- Art. 11 Os artigos 2º, 5º e seu § 1º da Lei 4.104, de 24 de outubro de 1979, passam a vigorar com as seguintes redações:
 - "Art. 2º O Conselho Estadual do Meio Ambiente CONDEMA -, criado pelo artigo 48 da Lei 4.087, de 11 de junho de 1979, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social é órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, com a finalidade de fixar diretrizes, exercer as atividades de planejamento, coordenação e controle da política Estadual de defesa do meio ambiente".
 - "Art. 5º O Conselho pleno, presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Social ou pessoa por ele indicada, será constituído de representantes dos seguintes órgãos:
 - I Da Secretaria de Agricultura;
 - II Da Secretaria de Saúde;
 - III Da Secretaria de Transportes;
 - IV -Da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;
 - V Da Secretaria de Educação e Cultura;
 - VI De mais 2 (dois) membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;
 - VII Do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF;
 - VIII Da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca SUDEPE;
 - IX Da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT;
 - X Do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia INPA;
 - XI Da Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA.
 - § 1º Na sua ausência, o Secretário de Desenvolvimento Social delegará a outro Secretário de Estado, membro do Conselho, o encargo de presidir as reuniões do Conselho de Defesa do Meio Ambiente".
- Art. 12 A Secretaria de Desenvolvimento Social sucederá as outras Secretarias, nos convênios e contratos relacionados com assuntos e atribuições compreendidos na sua área de competência.
- Art. 13 O Órgão Orçamentário 29.00 Secretaria de Viação e Obras Públicas, constantes da Lei nº 4.150, de 11 de dezembro de 1979, passa a denominar-se Secretaria de Obras e Serviços Públicos, mantendo-se as atuais classificações das unidades orçamentárias que nela permanecerem.



§ Parágrafo único Os saldos das dotações dos projetos/atividades consignados na Lei nº 4.150, de 11 de dezembro de 1979, correspondentes às unidades orçamentárias transferidas para a Secretaria de Transportes, na forma desta lei, obedecida a mesma classificação orçamentária, serão por ela administrados e utilizados.

Art. 14 Para atender as despesas de organização, instalação e funcionamento de unidades das Secretarias ora criadas e outras decorrentes da aplicação desta lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial de até Cr\$30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), suplementado se necessário, correndo a despesa por conta da dotação 3900 - reserva de contingência - 999999999.999-00, cabendo Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) a cada Secretaria criada.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados, expressamente o item IX do artigo 31 e os itens I, II e III, do artigo 47, da Lei 4.087, de 11 de julho de 1979; no título IV, Capítulo II, Seção IX da mesma Lei 4.087, e da Lei 4.163, de 20 de dezembro de 1979, a expressão "Da Secretaria de Viação e Obras Públicas" e o número 2 do item V do artigo 34 da Lei 4.163, de 20.12.1979, bem como todas as demais disposições em contrário.

-Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 23 de abril de 1980.

-as) FREDERICO SOARES CAMPOS
Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.